

PROCESSO TCE N° 129.022

ENTIDADE: Instituto de Terras do Acre – ITERACRE

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE, referente ao exercício de 2017

RESPONSÁVEL: Glenilson Araújo Figueiredo

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

## ACÓRDÃO Nº 11.985/2020

### PLENÁRIO

Ementa: Prestação de Contas Anual. Instituto de Terras do Acre – ITERACRE. Exercício de 2017. Apuração de impropriedades que configuram graves infringências às normas constitucionais e legais: 1) existência de contratos com a mesma numeração: 019, 020, 021 e 022/2017, bem como ausência de planilha de Relação de todos os Contratos vigentes no ano de 2017; 2) ilegalidade na contratação do Advogado Maylon Taumaturgo Oliveira pela empresa Kronos, formalizada por meio do Contrato nº 04/2017 e ausência de fiscalização quanto à efetiva prestação dos serviços; 3) ausência de comprovantes dos serviços desempenhados pelos contratados no Contrato nº 019/2017 e a publicação do respectivo extrato de Contrato e; 4) existência de outro Contrato com a mesma numeração sendo contratada a empresa Sandro de França Pereira-ME, Contrato nº 020-A/2017. Irregularidade das contas. Devolução. Aplicação de multas sanção e acessória. Abertura de processo autônomo. Notificação. Comunicação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) Pela Irregularidade** das contas do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade do Senhor **Glenilson Araújo Figueiredo**, Diretor-Presidente, à época, com fundamento nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em razão das inconformidades descritas nos itens “b”, “d”, “e”, “f” do Voto; **2) Pela condenação** do Senhor **Glenilson Araújo Figueiredo**, Diretor-Presidente, à época, a devolver ao **Erário Estadual**, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a quantia de **R\$ 207.021,01** (duzentos e sete mil vinte e um reais e um centavo) dispendida no âmbito dos Contratos n.sº 004/2017, 019/2017

e 020-A/2017, cujas prestações de serviços correspondentes não foram comprovadas, restando apurado, ainda, indício de acumulação ilegal de cargos pelo profissional envolvido no Contrato nº 04/2017; **3) Pela aplicação de multa acessória** ao Senhor **Glenilson Araújo Figueiredo**, Diretor-Presidente, à época, com fundamento no artigo 88 da LCE nº 38/1993, no valor correspondente a **10%** (dez por cento) da importância referente a condenação acima imposta, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do **Erário Estadual**, de tudo dando ciência a esse Tribunal de Contas; **4) Pela aplicação de multa sanção** ao Senhor **Glenilson Araújo Figueiredo**, Diretor-Presidente, à época, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 7.140,00** (sete mil cento e quarenta reais), em razão das ocorrências elencadas nos itens “b”, “d”, “e”, do Voto configurarem graves infringências às normas legais de regência da matéria, a ser recolhida em favor do **Tesouro do Estado do Acre, no prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **5) Pela abertura de processo autônomo** objetivando apurar a regularidade na execução dos Contratos nºs. 002/2017, 012/2017, 021/2017 e 022/2017, cuja documentação se mostrou insuficiente; **6) Pela notificação** do atual Diretor-Presidente do ITERACRE, para tomar ciência desta decisão e adotar as providências necessárias a fim de evitar a ocorrência das irregularidades apuradas nas próximas edições da matéria e; **7) Pela comunicação** do apurado ao **Ministério Público do Estado do Acre**, para as providências que entender adotar, em razão do que foi noticiado no item “d” do Voto. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 23 de julho de 2020.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

**Conselheiro RONALD POLANCO RIBEIRO**

**Conselheira DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

**Conselheira NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

**Conselheira Substituta MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

**JOÃO IZIDRO DE MELO NETO**

Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 129.022

ENTIDADE: Instituto de Terras do Acre – ITERACRE

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE, referente ao exercício de 2017

RESPONSÁVEL: Glenilson Araújo Figueiredo

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

## RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade do Senhor **Glenilson Araújo Figueiredo**, Diretor-Presidente, à época, **encaminhada tempestivamente** a esse Tribunal de Contas por meio eletrônico no dia 02/05/2018, em cumprimento ao prazo previsto no artigo 2º, inciso II, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

2. A análise técnica preliminar procedida pela DAFO/3ª IGCE (fls. 398/413) apurou às seguintes impropriedades:

2.1. Divergência entre o valor apresentado no Balanço Financeiro – R\$ 2.382.739,72 e o valor apresentado nos Extratos Bancários – R\$ 2.343.739,72, na importância de R\$ 38.500,00;

2.2. Ausência de Portaria de nomeação da Comissão de Inventário de Bens Móveis e Imóveis para realizar o levantamento, registro e a avaliação do patrimônio mobiliário e imobiliário da Instituição, o que deverá ser juntado e /ou justificado, conforme previsão no item 9.2.1 do Manual de Administração de Bens Móveis do Estado do Acre;

2.3. Diferença de R\$ 53.536,02 da conta de bens móveis, considerando o valor apresentado no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo da Atualização dos Bens Móveis;

2.4. Ausência de lançamento da relação de Contratos vigentes no ano de 2017, persistindo na omissão de informações, objeto de parte da discussão no Processo de Apuração da Responsabilidade nº 24.129.2017-01;

2.5. Contratos com a mesma numeração, mormente no que diz respeito ao encaminhamento de cópia integral dos Contratos em referência (019, 020, 021 e 022/2017), bem como planilha de Relação de todos os Contratos vigentes no ano de 2017, contendo: identificação do contrato, identificação da licitação, objeto, fornecedor, valor total estimado, valor total gasto em 2017 e data da publicação no D.O.E;

2.6. Não apresentação na inspeção dos processos referentes aos Contratos números: 002/2017, 012/2017, 021/2017 e 022/2017, apresentado, em todo caso, cópia integral dos referidos processos;

2.7. Ilegalidade na contratação do Advogado Maylon Taumaturgo Oliveira pela empresa Kronos, formalizada por meio do Contrato nº 004/2017 e ausência de fiscalização quanto à efetiva prestação dos serviços;

2.8. Ausência de comprovantes dos serviços desempenhados pelos contratados no Contrato 019/2017 e a publicação do seu extrato de Contrato;

2.9. Ausência de relatório fotográfico da atual situação do prédio objeto do Contrato nº 020/2017, bem como justificar a alteração grosseira na cópia do referido Contrato e a existência de outro Contrato com a mesma numeração sendo contratada a empresa Sandro de França Pereira-ME;

2.10. Divergência no montante de R\$ 15.503,84, resultante entre o valor executado e pago no Contrato nº 005/2017 – R\$ 336.856,29 com o que foi pago e informado no Demonstrativo das Obras Contratadas com o valor existente no Anexo 2 – Despesa Segundo as Categorias Econômicas, Elemento de Despesa 4.4.90.51.00 e o Anexo 15, que foi de R\$ 352.360,13, bem como encaminhar relatório fotográfico da obra e;

2.11. Pendências de diários no valor de R\$ 94.220,10, bem como apresentação documental das atividades desenvolvidas pelos servidores apontados na amostragem das diárias analisadas, considerando a carência de detalhes dos respectivos relatórios.

3. Devidamente citado (fls. 416/419), o responsável apresentou, por meio de advogado constituído, pedido de dilação de prazo (fls. 420/421), o que lhe foi deferido (fl. 419). Em seguida, apresentou a defesa com documentos de fls. 423 a 667, de forma tempestiva, conforme demonstra a Certidão de fl. 669.

4. Instada a se manifestar sobre a defesa apresentada, a DAFO/3ª IGCE elaborou o Relatório Técnico Conclusivo de fls. 673/688.
5. O Ministério Público Especial manifestou-se às fls. 693/697, em pronunciamento do Ilustre Senhor Procurador, Dr. João Izidro de Melo Neto.
6. Na forma regimental, o processo veio-me por distribuição (fl. 318).

**É o relatório.**

Rio Branco – Acre, 23 de julho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

PROCESSO TCE N° 129.022

ENTIDADE: Instituto de Terras do Acre – ITERACRE

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE, referente ao exercício de 2017

RESPONSÁVEL: Glenilson Araújo Figueiredo

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

## VOTO

### O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS (Relator):

A Prestação de Contas do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade do Senhor **Glenilson Araújo Figueiredo**, Diretor-Presidente, à época, foi **encaminhada tempestivamente** a esse Tribunal de Contas por meio eletrônico no dia 02/05/2018, em cumprimento ao prazo previsto no artigo 2º, inciso II, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

A análise técnica preliminar realizada pela DAFO/3ªIGCE constatou as inconformidades descritas no relatório, razão pela qual foi determinada a citação do responsável para apresentação de justificativa. Em seguida, o responsável apresentou defesa acompanhada de documentação que foi analisada pela DAFO/3ªIGCE por meio do Relatório Conclusivo de Análise Técnica, concluindo que os argumentos e documentos apresentados pelo responsável não foram suficientes para sanar todas as constatações da instrução inicial, razão pela qual propôs que sejam julgadas irregulares as contas, com imputação de multas e devolução de valores, em face das seguintes irregularidades:

- a) ausência de lançamento da relação de Contratos vigentes no ano de 2017, persistindo na omissão de informações, objeto de parte da discussão no Processo de Apuração da Responsabilidade nº 24.129.2017-01;



- b) existência de contratos com a mesma numeração: 019, 020, 021 e 022/2017, bem como ausência de planilha de Relação de todos os Contratos vigentes no ano de 2017, conforme solicitado;
- c) não apresentação na inspeção dos processos referentes aos Contratos números: 002/2017, 012/2017, 021/2017 e 022/2017;
- d) ilegalidade na contratação do Advogado Maylon Taumaturgo Oliveira pela empresa Kronos, formalizada por meio do Contrato nº 04/2017 e ausência de fiscalização quanto à efetiva prestação dos serviços;
- e) ausência de comprovantes dos serviços desempenhados pelos contratados no Contrato 019/2017 e a publicação do respectivo extrato de Contrato;
- f) existência de outro Contrato com a mesma numeração sendo contratada a empresa Sandro de França Pereira-ME – Contrato 020-A/2017 e;
- g) pendências injustificadas de diárias no valor de R\$ 94.220,10 que ultrapassaram o exercício, bem como carência na apresentação documental das atividades desenvolvidas pelos servidores apontados na amostragem das diárias analisadas.

O Ministério Público de Contas, em seu parecer, entendendo que as inconformidades acima descritas nos itens “a”, “c”, “g” estão sanadas, pronunciou-se pela irregularidade das contas, a teor da alíneas “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da LCE nº 38/93, em razão das irregularidades remanescentes, bem como pela condenação do responsável a devolver a quantia de R\$ 56.583,87 (cinquenta e seis mil quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos), dispendido no âmbito do Contrato nº 004/2017, cuja prestação de serviços correspondentes não foi comprovada, acrescida de multa acessória e multa sanção ao responsável e abertura de processo autônomo objetivando apurar a regularidade na execução dos contratos nºs. 019/2017 e 020-A/2017, cuja efetiva prestação dos serviços contratados não foi comprovada, bem como dos contratos nºs. 002/2017, 012/2017, 021/2017 e 022/2017, cuja documentação se mostrou insuficiente.



Dessa forma, considerando que restou apurada a não comprovação da execução dos serviços referentes aos Contratos n.s. 04/2017, 019/2017 e 020-A/2017, o montante dispendido em relação a esses contratos deverá ser devolvido ao Erário Estadual.

Em face do exposto e acompanhando as conclusões do Ministério Público de Contas, **voto**:

1. Pela **Irregularidade** das contas do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade do Senhor **Glenilson Araújo Figueiredo**, Diretor-Presidente, à época, com fundamento nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em razão das inconformidades descritas nos itens “b”, “d”, “e”, “f” deste Voto;
2. Pela **condenação** do Senhor **Glenilson Araújo Figueiredo**, Diretor-Presidente, à época, a devolver ao **Erário Estadual**, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a quantia de **R\$ 207.021,01** (duzentos e sete mil vinte e um reais e um centavo) dispendida no âmbito dos Contratos n.sº 004/2017, 019/2017 e 020-A/2017, cujas prestações de serviços correspondentes não foram comprovadas, restando apurado, ainda, indício de acumulação ilegal de cargos pelo profissional envolvido no Contrato nº 04/2017;
3. Pela **aplicação de multa acessória** ao Senhor **Glenilson Araújo Figueiredo**, Diretor-Presidente, à época, com fundamento no artigo 88 da LCE nº 38/1993, no valor correspondente a **10%** (dez por cento) da importância referente a condenação acima imposta, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do **Erário Estadual**, de tudo dando ciência a esse Tribunal de Contas;
4. Pela **aplicação de multa sanção** ao Senhor **Glenilson Araújo Figueiredo**, Diretor-Presidente, à época, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 7.140,00** (sete mil cento e quarenta reais), em razão das ocorrências elencadas nos itens “b”, “d”, “e”, deste Voto configurarem graves infringências às normas legais de regência da matéria, a ser recolhida em favor do

**Tesouro do Estado do Acre, no prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas;

**5.** Pela **abertura de processo autônomo** objetivando apurar a regularidade na execução dos Contratos nºs. 002/2017, 012/2017, 021/2017 e 022/2017, cuja documentação se mostrou insuficiente;

**6.** Pela **notificação** do atual Diretor-Presidente do ITERACRE, para tomar ciência desta decisão e adotar as providências necessárias a fim de evitar a ocorrência das irregularidades apuradas nas próximas edições da matéria e;

**7.** Pela **comunicação** do apurado ao **Ministério Público do Estado do Acre**, para as providências que entender adotar, em razão do que foi noticiado no item “d” deste Voto. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

**É como voto.**

Rio Branco – Acre, 23 de julho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator